



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Memorando nº 218/2015-CVM/SMI/GME

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2015.

De: GME

Para: SMI

Assunto: Recurso contra aplicação de multa cominatória pela não entrega da Declaração Eletrônica de Conformidade de 2014 (DEC/2014) - Processo CVM RJ-2015-12672

Senhor Superintendente Geral,

1. Trata-se de recurso interposto pelo Banco Mizuho do Brasil S/A, contra a decisão da Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários ("SMI") de aplicação da multa cominatória prevista no artigo 5º da Instrução CVM nº 510/11, pela não entrega, até 31/5/2014, da DEC/2014. A citada multa, no valor de R\$ 12.000,00, refere-se à aplicação de multa diária de R\$ 200,00, calculada sobre 60 dias de atraso, nos termos dos artigos 12 e 14 da Instrução CVM nº 452/07.
2. Em seu recurso (fls. 1/2) o recorrente argumentou que (i) a declaração eletrônica de conformidade relativa ao período de 2014 foi apresentada, mas "o sistema CVMWeb não permitiu consultar o histórico de entregas ou das atualizações cadastrais efetuadas no mesmo". (ii) deveria ter recebido a comunicação prevista na Instrução CVM nº 452/07, o que alega não ter ocorrido; (iii) sempre prezou por manter seu cadastro atualizado junto aos seus reguladores, o que demonstra com correspondências diversas de atualização cadastral encaminhadas em 2014 e 2015; (iv) haveria divergências no sistema CVMWeb, pois ele prestaria informações diferentes a depender "do perfil de quem realiza a consulta". Ao fim, solicita o cancelamento da multa aplicada.
3. Como se sabe, o envio da DEC é obrigação imposta pelo artigo 1º, II, da Instrução CVM nº 510/11, a todos os participantes previstos no Anexo I daquela norma, estejam ou não atuando no mercado de valores mobiliários, e cujo prazo expirou em 31/5/2014.
4. Assim, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07, foi expedida em 6/6/2014 notificação específica ao endereço eletrônico flavio.farah@bancomizuho.com.br (fl. 11), constante à época nos cadastros do participante (fl. 12), com o objetivo de lembrá-lo do dever de envio do documento, e alertá-lo quanto ao descumprimento do prazo e a incidência, a partir de então, da multa cominatória diária.
5. Quanto às alegações do recorrente, entende a SMI que o recurso não deve ser acatado, pois a comunicação prévia de que trata o artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07 foi efetivamente encaminhada à instituição; as atualizações cadastrais ocorreram em momentos diferentes do período cabível para o envio do documento DEC, e mesmo assim, diziam respeito a aspectos limitados do cadastro (no caso, apenas sobre os diretores responsáveis); e o sistema CVMWeb, ao contrário do alegado, (i) permite sim a consulta ao protocolo de documentos enviados (no caso, na opção "Consulta Especial a Protocolos"),

e (ii) não apresentava as alegadas "inconsistências" de informação, pois o acesso realizado pelo Sr. Flavio Farah, onde supostamente constaria que o documento teria sido entregue, informa (fl. 8, verso) somente que o documento já havia sido enviado em 2015, quando o documento objeto de cobrança se refere, na verdade, ao exercício de 2014.

6. Dessa forma, considerando ser responsabilidade do próprio participante manter atualizado seu cadastro na CVM, conforme artigo 1º, I, da Instrução CVM nº 510/11, é incontestado o cumprimento do disposto no art. 11, I, da Instrução CVM nº 452.

7. Por conclusão, em que pese os nossos esforços e apesar das notificações expedidas, o fato é que, como se comprova através da Posição de Entregas de Documentos (fl. 10), o envio do informe previsto no caput do artigo 1º, II, da Instrução CVM nº 510/11 não chegou a ser realizado em nenhum momento de 2014.

8. Em razão do exposto, defendemos que seja mantida a decisão recorrida, razão pela qual submetemos o presente recurso à apreciação do Colegiado, com proposta de que a relatoria do processo seja conduzida por esta SMI/GME.

Atenciosamente,

Daniel Walter Maeda Bernardo

Gerente de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos - GME

De acordo. Ao SGE, com proposta de relatoria por esta GME/SMI.

Waldir de Jesus Nobre

Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Walter Maeda Bernardo, Gerente**, em 09/12/2015, às 18:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Waldir de Jesus Nobre, Superintendente**, em 11/12/2015, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, informando o código verificador **0060963** e o código CRC **8E12B129**.
This document's authenticity can be verified by accessing https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, and typing the "Código Verificador" 0060963 and the "Código CRC" 8E12B129.